

Camdessus dará apoio ao acordo

Diretor-gerente do FMI vai estimular bancos a assinar o acordo anunciado em julho

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Apesar das dificuldades e incertezas criadas pela crise política, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, encorajará os bancos credores a assinar o acordo de reestruturação da dívida externa brasileira, anunciado em julho.

Alta fonte do FMI garantiu ao Estado, na sexta-feira, que, embora o programa negociado com o Brasil esteja suspenso e as autoridades do País não possam, nas atuais circunstâncias, adotar rapidamente as medidas adicionais necessárias para recolocá-lo nos trilhos, o esforço de estabilização da economia já deu bons frutos e não foi abandonado.

Segundo a mesma fonte, Camdessus “está pronto a dar testemunho aos bancos dos progressos realizados até agora” e estimulá-los a apoiar a proposta de renegociação que o governo brasileiro deve apresentar formalmente nas próximas semanas.

“As autoridades continuam com o programa de liberalização do comércio, as reservas do Banco Central estão sendo reforçadas, o governo mantém mão forte na política monetária, a administração do orçamento federal continua em linha com o programa e as privatizações prosseguem”, disse o funcionário do FMI.

Camdessus pôs seu prestígio em jogo ao empenhar-se pessoalmente para a aprovação do programa brasileiro pela diretoria executiva do FMI, em janeiro, contra a opinião de alguns diretores.

Em junho, quando o escândalo PC já despontara no horizonte, o dirigente do FMI aproveitou sua ida à Rio-92 e parti-

cipou de reuniões com empresários e atos públicos para deixar clara sua disposição de apoiar o esforço de estabilização e reforma da economia brasileira. Camdessus, segundo a mesma fonte, acompanha a crise política com grande pesar. Ele acredita que, apesar de o governo não ter cumprido todas as metas fiscais do programa e deixado, por isso, de receber os dois desembolsos previstos no primeiro semestre, o País “fez uma série de coisas notáveis (na economia) num período de tantas dificuldades políticas e merece o nosso apoio”.

Trocando em miúdos, isso significa que o dirigente do FMI preencherá um dos pré-requisitos do ritual da venda do acordo da dívida aos bancos, recomendando-o em carta dirigida à comunidade financeira internacional. A carta é um dos documentos que vai acompanhar a proposta final do acordo, que deve ficar pronta esta semana.

Representantes do Brasil e dos bancos trabalharam no fim de semana para acertar os detalhes do documento de mais de 150 páginas. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, deve assiná-



Reuter—17/1/90

Michel Camdessus

Brasil fez uma série de coisas boas na economia e merece o apoio do FMI

lo na semana que vem, em Washington, onde representará o País na reunião anual do FMI e do Banco Mundial (Bird).

A proposta do acordo está sendo traduzida para o português para ser apresentada ao Senado, que terá de aprová-la antes de ela ser formalmente oferecida às centenas de credores do País.

Âncora para a transição — Representantes do governo e dos bancos acreditam que, independentemente dos desdobramentos da crise no Brasil, a implementação do acordo da dívida continua a ser do interesse das duas partes.

A provável saída de Marcílio de cena e as dificuldades políticas que surgirão no pós-impeachment certamente influenciarão a atitude dos bancos. Camdessus reconhece que

a crise criou “uma situação, de fato, excepcional”.

Mas, em meio às incertezas, o diretor do FMI parece convencido, ao mesmo tempo, que o acordo com os bancos poderá funcionar como âncora de estabilização na fase de transição e inibir novos curtos-circuitos nas relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Esse parece ser, também, o cálculo que leva Marcílio a empenhar-se na finalização da proposta antes do voto do impeachment — quando deve deixar o governo.

Uma das cláusulas obrigatórias da proposta de acordo é a vigência de um programa de estabilização entre o Brasil e o FMI. Ao aprová-la, o Senado estará reafirmando esse compromisso em nome do País. Por outro lado, o esquema de apresentação de garantias aos bancos previsto pelo acordo torna imperativo que o governo brasileiro, seja ele qual for, preserve o apoio do FMI para as suas políticas e obtenha desembolsos de recursos da instituição.

O texto prevê que os próprios bancos e organismos multilaterais de crédito, entre eles o FMI, forneçam, em conjunto, o mínimo de US\$ 1 bilhão para o financiamento das garantias iniciais de US\$ 3,2 bilhões que o País apresentará na data de efetivação do acordo. O Brasil entrará com outro US\$ 1 bilhão. A diferença será complementada com contribuições iguais das duas partes.

Se o País não receber desembolsos do FMI, como ocorreu até agora, a equação poderá se complicar. A ideia de autoridades americanas de o Brasil arcar sozinho com as garantias é politicamente inviável, pois iria além do compromisso que o País assumiu e o Senado deve autorizar.